SIGNIFICÂNCIA CONTEMPORÂNEA DA FRONTEIRA: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira

BERTHA K. BECKER
Geógrafa, Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia — Cidade Universitária — Ilha do Fundão 21910 Rio de Janeiro,RJ.

RESUMO

A partir do debate nacional sobre a Amazônia e de pesquisas diretas em suas porções oriental e meridional, propõe-se um novo conceito geopolítico de fronteira. O Estado e a alta-tecnologia são os determinantes históricos da produção da fronteira, espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político. Condições atuais de produção da fronteira são principalmente: a apropriação monopolista do espaço por várias frações do capital; a mobilidade da força de trabalho; as redes de ordenação do espaço, especialmente a rede urbana, base logística da integração econômica e ideológica; a fragmentação do espaço e a formação de regiões, entendidas como um poder local. A resistência dos pequenos produtores visa à conquista de um espaço próprio, se efetua sob forma de conflito aberto ou de conflito resolvido, e tem um papel fundamental no direcionamento do processo de produção do espaço.

Palavras-chave
Fronteira — Geopolítica — Alta-tecnologia — Estado — Amazônia Oriental — Apropriação — Mobilidade — Urbanização — Sub-regiões — Resistência.

SIGNIFICATION ACTUELLE DE LA FRONTIÈRE: Une interpretation Geopolitique a partir du cas de l'Amazonie Bresilienne

RÉSUMÉ

A partir du débat sur l'Amazonie aujourd'hui en cours au Brésil, et de recherches directement effectuées dans ses régions orientale et méridionale, un nouveau concept géopolitique de la frontière est proposé. L'État et la haute technologie sont les déterminants historiques de la production de la frontière, espace en cours d'incorporation à l'espace global/fragmenté, partiellement structuré et doté d'un grand potentiel politique. Les conditions actuelles de la production de la frontière sont principalement: l'appropriation monopoliste de l'espace par diverses fractions du capital; la mobilité de la force de travail; les réseaux d'organisation de l'espace, particulièrement le réseau urbain, base logistique de l'intégration économique et idéologique; la fragmentation de l'es-

pace et la formation de régions, comprises comme pouvoir local. La résistance des petits producteurs vise la conquête d'un espace propre, s'effectue sous forme de conflits du quotidien et joue un rôle fondamental dans l'orientation du processus de production de l'espace.

Mots-clés
Frontière — Géopolitique — Haute technologie — État — Amazonie orientale — Appropriation de l'espace — Mobilité — Urbanization — Régions — Formes de Résistance — Brésil — Amazonie.

ACTUAL SIGNIFICATION OF FRONTIER: A GEOPOLITICAL INTERPRETATION BASED ON BRAZILIAN AMAZÔNIA

ABSTRACT

Based on the national debate on Amazônia and on field research in its eastern and southern portions, a new geopolitical concept of frontier is proposed. The State and high technology are the two historical determinants of the production of the frontier, understood as a non fully structural space with a high political potential. Contemporary conditions for the production of the frontier are basically: land monopoly by various fractions of capital; labor mobility network for spacial ordering, particularly the urban network which is the logistic base for economic and ideological integration; spatial fragmentation and formation of regions, understood as a local power. The resistance of small producers for concquering their own space, expressed in daily conflicts and/or open struggle, has also a basic role in the process of the production of space.

Key words
Frontier — Geopolitics — High technology — State — Eastern Amazônia — Appropriation — Mobility — Urbanization — Regions — Resistance.

Um dos últimos grandes espaços escassamente povoados do planeta, a Amazônia brasileira, vem sendo nos últimos quinze anos envolvido por um intenso movimento de apropriação de suas terras e seus recursos por forças internacionais e nacionais. Em decorrência mobilizou-se o interesse nacional — social e intelectual — pelos fenômenos ligados à expansão da fronteira e, particularmente, por suas conseqüências. O debate sobre a via de desenvolvimento trilhada pela fronteira identificou-se com a do próprio País. Um processo intenso de construção de novas representações sobre a região se desenvolveu, sugerindo estar "em jogo na fronteira uma carga simbólica muito densa na construção do drama do encontro da nação com seu destino" (Velho, 1983).

A centralização da informação e da decisão própria do regime autoritário que vigorou por vinte anos no País e a rapidez das transformações induzidas pela nova ordem econômica internacional dificultaram certamente o conhecimento objetivo da fronteira favorecendo concepções ideológico-simplificadoras que, incapazes de captar a magnitude e a complexidade dos processos em

curso na era da "alta-tecnologia", dificultam hoje a busca de soluções alternativas para a consolidação de uma sociedade democrática no Brasil.

Tal dificuldade demonstra também a inoperância do conceito tradicional da fronteira. A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social. Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade — como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório — e a relação desta com a totalidade de que é parte.

Para tanto há que deslocar a análise da fronteira de seu antigo terreno empírico, sem que isso signifique afastar-se da história concreta dos lugares. Entende-se que nossos conceitos são historicamente enraizados, refletem as situações sociais e políticas envolventes, e a "verdade é uma interpretação significativa para o nosso tempo, do mundo social como era, é e será" (Wallerstein, 1979).

Com o objetivo de contribuir para uma nova orientação de pesquisa sobre a fronteira, este trabalho, a partir de uma prática de pesquisa (1) na Amazônia brasileira e buscando numa nova geopolítica seu fundamento teórico, visa responder às questões — Qual a significância da fronteira no final do século XX? Sob que condições se efetua sua expansão?

Numa primeira seção, partindo do pressuposto de que a produção do espaço é um processo não só material como teórico, se discute o processo de produção intelectual da fronteira no Brasil, e se propõe um novo significado para a fronteira. As condições gerais de sua expansão como espaço em incorporação ao espaço social, estatal, e, portanto, não plenamente estruturado são demonstradas numa segunda seção. A terceira seção retoma num outro patamar a questão fundamental no debate sobre a fronteira, sobre o significado teórico e prático da resistência de pequenos produtores no processo de sua expansão.

1. A PRODUÇÃO INTELECTUAL DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

1.1. O debate sobre a funcionalidade da fronteira e sobre a "terra liberta"

O debate sobre a expansão da fronteira desenvolveu-se em torno do significado da participação de pequenos produtores e das conseqüências da participação desses produtores e dos grandes empreendimentos capitalistas no processo de ocupação de novas terras.

Duas vertentes se destacam no tratamento da questão: a dos economistas, expressa na tese da funcionalidade da fronteira, e a dos sociólogos e antropólogos na "terra liberta". Em ambas, a fronteira é inicialmente concebida como *locus* da reprodução camponesa, seja por submissão ao capital, seja, ao contrário, por uma "lógica" camponesa anticapitalista, concepção que vem sendo questionada no decorrer do debate.

---

(1) Esse trabalho é fruto de pesquisas fundamentadas em trabalho de campo realizadas no âmbito de um projeto que conta com o apoio da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pela autora e de que participam as professoras Lia O. Machado e Mariana P. Miranda.

1.1.1. A tese de funcionalidade da fronteira relaciona-se à questão da permanência de formas não-capitalistas na agricultura brasileira num contexto de intenso crescimento urbano-industrial.

A funcionalidade da agricultura "atrasada" como setor flexível, capaz de atender aos requisitos do processo de desenvolvimento segundo as exigências do mercado consumidor (Paiva, 1971; Castro, 1969), foi concebida no âmbito do pensamento liberal, em contraposição àqueles que consideravam esse setor atrasado como um sistema sócio-econômico em si ou como um entrave ao desenvolvimento.

Foi então retomada pelo pensamento crítico, que a coloca em termos da análise da acumulação do capital, superando a visão dual: a reprodução das formas não-capitalistas de produção na agricultura, e por extensão na fronteira, é funcional ao capital na medida em que o suprem de alimentos e mão-de-obra baratos; oferecendo condições para o crescimento extensivo da produção, a fronteira favorece a reprodução dessas formas (Oliveira, 1975), sendo o excedente mobilizado para alguns autores, sem mudança estrutural ou com ajustamentos.

Embora varie a ênfase quanto aos fatores determinantes dessa expansão, há convergência na aceitação de que a expansão da fronteira se fundamenta na reprodução de formas não-capitalistas de produção.

Para uns, os fatores determinantes daquela expansão são a disponibilidade de terras livres e os excedentes de força de trabalho liberados das áreas capitalizadas. A fronteira constitui, assim, uma "válvula de escape" para as tensões sociais e demográficas produzidas pela expansão capitalista nas áreas povoadas, e o Estado intervém para viabilizar o processo de ocupação de áreas novas favorecendo a reprodução de formas arcaicas, tanto o campesinato na fronteira como o latifúndio nas áreas já povoadas.

Para outros, os parâmetros explicativos seriam a expansão da demanda da produção de alimentos e matérias-primas, expansão efetuada sob a dominação do capital comercial que articula a fronteira mesmo através de formas não-capitalistas de produção que assumem, assim, novo papel. "Nesse processo, a fronteira pode se constituir no *locus* privilegiado da recriação da produção não-capitalista, ou camponesa" (Rego, 1978).

O questionamento à tese da funcionalidade da fronteira deriva de estudos teóricos e evidências empíricas. Os estudos teóricos argumentam que: A) o atraso relativo da agricultura — e da fronteira — decorre da sua subordinação indireta ao capital. Não pode ser explicado pelo crescimento do capital. Não dos setores não-agrícolas, i.e., do mercado urbano e industrial, mas sim pelas formas particulares de desenvolvimento do capitalismo no País, derivadas do desenvolvimento do capitalismo mundial e da divisão internacional do trabalho e sua repercussão a nível nacional. B) Tanto a explicação dualista como funcionalista devem ser rejeitadas, porque obscurecem as contradições desse desenvolvimento. Não há dualismo, pois as relações não-capitalistas existem porque são subordinadas ao capital, mas essa subordinação tampouco deve ser compreendida como funcional, pois que determina contradições específicas e não uma solução para as contradições do capitalismo no Brasil (S. Silva, 1976).

Acresce que o desenvolvimento capitalista transforma o campesinato tradicional, formando uma força de trabalho móvel e uma pequena burguesia rural que, juntamente com os grandes proprietários, respondem hoje pela produção agrícola tanto para exportação como para o mercado interno. Não é, portanto, o campesinato que assegura a produção de alimentos. Segundo o Censo de 1975, aproximadamente metade do número total de estabelecimentos rurais no País (cerca de 2,5 milhões) tem um valor médio de produção menor do que a metade do salário mínimo legal, e sua contribuição para o valor total da produção é menor do que 5%. O maior valor da produção no País, baseado no uso de insumos industriais e facilidades de crédito, é devido a um pequeno grupo de estabelecimentos situado no Estado de São Paulo (S. Silva, 1982).

1.1.2. O mito da "terra liberta". A temática da reprodução camponesa é também a dos sociólogos e antropólogos, embora desenvolvida com outro foco de preocupações (Musumeci, 1984): o da tendência, a partir de 1970, ao "fechamento" das oportunidades de acesso às terras antes "livres" da Amazônia para o pequeno produtor devido à maciça implantação de grandes projetos agropecuários subsidiados pelo Estado, e envolvendo o alastramento de conflitos na região (G. Silva, 1982).

A questão do confronto, da disputa pela terra entre posseiros e grileiros, unidades camponesas e empresas capitalistas, pequena agricultura e grande pecuária, é tratada como central para entendimento dos processos sociais em curso na região, e a ênfase no antagonismo fez renascer um estilo de análise dualista (Musumeci, 1984), esquecendo visões mais processuais anteriores. A hipótese central de tal modelo é de que o "fechamento" da fronteira envolve o confronto entre dois modos opostos de pensar e utilizar a terra, um que se articula em torno da noção de direitos de posse gerados pelo trabalho e outro que se baseia na noção de propriedade privada que supõe um vínculo jurídico formal e mercantil com a terra, independente do trabalho. Duas lógicas, duas formas de relacionamento opostos, incompatíveis — a primeira constituindo o núcleo do modo espontâneo de ocupação dos camponeses/posseiros, a segunda, o cerne da frente capitalista, simultânea ou posterior.

Numa das formulações do modelo, o dualismo se expressa como produto ou reflexo de modos de produção distintos: o "modo camponês" de ocupar terras livres, expressão de um universo exterior ao capitalismo, oposto ao modo capitalista.

Outra formulação contrasta "frente de expansão" e "frente pioneira", ambas produto, direto ou indireto, do processo de expansão capitalista no campo, mas instaurando também formas descontínuas e antagônicas de ocupação da terra. A "frente de expansão" é a dos camponeses e posseiros. É definida como faixa intermediária entre a fronteira demográfica (grupos tribais) e a econômica (frente pioneira capitalista), cujas terras livres são ocupadas pelos posseiros para prover a sua subsistência e reprodução através do trabalho familiar; é identificada pela ausência da propriedade privada da terra (Martins, 1975), uma vez que a terra não é por eles concebida como apropriável em si mesma nem como mercadoria, e sim apenas como instrumento de trabalho (Wagner e Mourão, 1978; Fase, 1979; Martins, 1981).

A introdução da lógica capitalista de acesso à terra se traduz num proces-

so de expropriação do campesinato. Pode haver contudo resistência do campesinato à expropriação e luta para perpetuar as "terras livres", concepção que constitui a chave para explicar o significado político dos conflitos de terra na região.

Uma tendência à incorporação às regras dominantes é, contudo, registrada na resistência do campesinato: vários posseiros aderem ao "sistema dominante" de apropriação da terra buscando a consolidação de suas posses e o acesso à condição de proprietários de terra. Tal adesão é entendida pelos campesinistas como uma estratégia de adaptação defensiva, mas que provoca uma "descampesinização" de uma camada de posseiros (Wagner, 1981), diferenciando-os dos verdadeiros camponeses considerados foco da análise bem como da (eventual) aliança política.

Outros estudiosos, contudo, passam a questionar o "modelo", indagando sobre a possível existência de diferenciações e conflitos internos à própria estrutura da frente de expansão inicial, prévios portanto ao confronto camponês — capitalista. Estas indagações (Velho, 1980, 1983; Soares, 1981; Musumeci, 1984) levam a relativizar a idéia de uma lógica e um sistema de representações específicas ao chamado campesinato de fronteira e oposto aos do sistema capitalista, na medida em que estudos de caso mostram que no interior de um mesmo grupo camponês na fronteira podem existir formas e "lógicas" de ocupação muito diferentes e até contraditórias, e projetos muito distintos de reforma agrária; a pensar a própria referência à terra liberta como *mito*, no sentido de uma remissão a eventos distanciados no tempo e/ou espaço que visa a enunciar algo sobre o presente e legitimar posições, estratégias e projetos individuais ou coletivos, à semelhança das concepções de Turner sobre a fronteira como *locus* do capitalismo utópico; a reconhecer o nexo entre o movimento de colonização "espontânea" e processos históricos mais amplos, destacando-se o papel do capital comercial-usurário na articulação da fronteira, e assim deslocar o foco da análise da "especificidade" do campesinato.

Em decorrência, a fronteira passa a ser entendida como "espaço onde o processo de colonização está instituindo *novas relações sociais* ou *redefinindo antigas;* a noção de fronteira não pressupõe a inexistência de formas prévias de articulação desses espaços à sociedade, nem um processo de ocupação contínuo, em bloco, como sugerido pela expressão norte-americana "fronteira em movimento". Pressupõe, essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente "em aberto" associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras" (Musumeci, 1984).

1.1.3. Simultaneamente, pesquisas geográficas empíricas recuperam uma rica tradição de estudos sobre frentes pioneiras no Sudeste do País em meados do século (Monbeig, 1952; Waibel, 1955). Embora nem sempre explicitamente, as análises têm relação com o debate acima referido.

Estudos sobre a expansão das rodovias, a ação das empresas multinacionais e a degradação ambiental, desenvolvidos sob a ótica da denúncia da expansão capitalista selvagem apoiada pelo Estado, aproximam-se da posição que concebe a fronteira como *locus* do campesinato (Valverde *et alii*, 1979; Valverde e Freitas, 1980). Esta posição também transparece, menos explicita-

mente, em estudos com ênfase nos problemas ambientais decorrentes do mau uso da terra (Sternberg, 1981; Peybale-e Koechlin, 1981; Riviere D'Arc, 1978).

Outros estudos aproximam-se da posição que procura relativizar a fronteira, na medida em que revelam que a produção da fronteira se destina hoje não ao mercado metropolitano e sim ao seu próprio abastecimento e/ou ao de centros do Nordeste brasileiro; que a fronteira se expanda num contexto de urbanização; que a imigração para a fronteira não é espontânea mas sim principalmente induzida pelo Estado e que no processo migratório se diferencia socialmente o campesinato; que a fronteira é sede não só de grandes projetos subsidiados pelo Estado como de formas de produção vinculadas às várias frações do capital, com financiamento hoje não só do capital comercial-usurário como do capital bancário (Becker, 1982 a, 1983 e 1984 a; Machado, 1983, 1984; Miranda, 1982 e 1984).

É a partir desse conjunto de contribuições que se propõe um novo significado geopolítico para a fronteira.

1.2. O novo significado geopolítico da fronteira

A estratégia reflexiva anti-reducionista e antideterminista sobre a fronteira é parte da reflexão sobre o papel do espaço e sua estreita relação com o Estado na era tecnológica contemporânea.

A fronteira amazônica só pode ser interpretada a partir da inserção do Brasil no capitalismo global decorrente da nova escala da relação capital-trabalho tendo como referência a produção de um espaço planetário onde os Estados nacionais conservam suas funções de controle, hierarquização e regulação, e como base o espaço.

É a partir de então que se torna necessário o Estado, não mais apenas como gerenciador da economia, mas para assegurar as condições da reprodução das relações de dominação inerentes à hierarquia dos grupos e dos lugares.

Ao caos das relações sociais, o Estado tende a impor uma racionalidade, a sua, que tem o espaço como instrumento privilegiado. O econômico é reconsiderado em termos espaciais — fluxos e estoques — e o Estado tende a controlá-los e a assegurar a sua coordenação, integrando e rompendo o espaço anterior, e produzindo o seu próprio espaço.

Impõe assim uma ordem espacial vinculada a uma prática e uma concepção de espaço global, racional, logística, de interesses gerais, estratégicos, representadas pela tecnoestrutura estatal, *contraditória* à prática e concepção de espaço local, de interesses privados e objetivos particulares dos agentes da produção do espaço. "Engendra, assim, não um novo espaço, mas um produto específico da clivagem privado-público, expresso num espaço de duplo caráter global/fragmentado" (Lefebvre, 1978).

Por sua vez, em contrapartida a tal reconversão do espaço, *movimentos reivindicatórios de usuários do espaço se fazem também pelo espaço inteiro, pela vida quotidiana e não só por condições de trabalho.* O conhecimento do espaço social é, assim, o lado teórico e os movimentos dos usuários o lado prático de um só processo de produção do espaço.

Na última década, aguçam-se as contradições contidas no processo de

produção do espaço global/fragmentado. A revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação cria uma nova forma de produção e de organização social baseada na informação e no conhecimento — a alta-tecnologia — (Castells, 1984) que passa a reorganizar as bases do modelo de acumulação.

A implantação da nova ordem planetária, por um lado, na medida em que ainda é viabilizada pela extensão do espaço estatal-político, mantém o papel político-ideológico do Estado na atualidade. Por outro lado, o fortalecimento das corporações representa perda de poder para o Estado na medida em que os países deixam de ser as unidades econômicas da realidade histórica, que o Estado perde o controle sobre a decisão locacional da empresa e sobre o conjunto do processo produtivo, fato agravado nos Estados subdesenvolvidos pela dívida externa (Becker, 1982 b, 1984 b, 1985).

Na produção do espaço global/fragmentado *sob condições de menor autonomia do Estado, amplia-se assim, sobremaneira, a fragmentação* pela apropriação privada de grandes parcelas que, vinculadas a um espaço transnacional, são relativamente autônomas, introduzindo profundas dissociações no espaço estatal. Em conseqüência, aguça-se a contradição entre os interesses gerais e os interesses privados, os conflitos com as formas construídas anteriores, bem como os movimentos contestatórios dos usuários.

É nesse contexto que se torna possível interpretar a significância da fronteira hoje. Fronteira não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros. Tampouco se restringe a um processo de colonização agrícola. Distintivo da situação de fronteira não é o espaço físico em que se dá, mas o espaço social, político e valorativo que engendra. A hipótese alternativa é que a *fronteira constitui um espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado* (Becker, 1984); contém assim os elementos essenciais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que se situa, mas é um espaço não plenamente estruturado, dinâmico, onde as relações e as práticas não assumem o grau de cristalização comum em outras circunstâncias, e portanto gerador de realidades novas e dotado de elevado potencial político. O *dado crucial da fronteira é, pois, a virtualidade histórica que contém:* dependendo da forma de apropriação do espaço, das relações sociais e dos tipos e interesses dos agentes sociais aí constituídos, ter-se-á a formação de projetos políticos distintos. Pode ela ser definida como espaço de manobra das forças sociais, e como o espaço de projeção para o futuro, potencialmente gerador de alternativas.

Em outras palavras, a fronteira é o espaço da expectativa de reprodução ampliada para praticamente todos os atores em jogo, mas onde há incerteza quanto a essa reprodução, na medida em que as ações sociais respondem a orientações políticas e valorativas e não só aos constrangimentos econômicos, condição que lhe atribui valor dinâmico e estratégico. Questões atinentes à fronteira podem, assim, ser investigadas em espaços muito distintos das franjas de pioneiros em matas longínquas.

No caso da Amazônia, dadas a vastidão de seu território, às riquezas que contém e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira assume excepcional valor estratégico como reserva energética mundial. Em face da nova estratégia das corporações, representa um es-

paço onde é possível exercer o monopólio dos meios de produção — matérias-primas, mão-de-obra barata e terras; um espaço onde há facilidade para implantar novas estruturas abrindo mercados para a alta-tecnologia; um espaço onde é possível estender o controle do mercado financeiro mundial.

A potencialidade política contida em tão ampla escala geográfica torna-a o espaço estratégico por excelência para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, ao mesmo tempo em que, na dimensão ideológica, manipula a preservação da imagem do espaço alternativo. Para a nação, a via de desenvolvimento trilhada pela fronteira é símbolo e fato político de primeira grandeza (Becker, 1983 e 1985).

2. CONDIÇÕES ATUAIS DE PRODUÇÃO DA FRONTEIRA (2)

País tropical de dimensões continentais, o Brasil tem sua história, desde o século XVI, vinculada à sua inserção na divisão internacional do trabalho como uma grande fronteira de recursos dos chamados países capitalistas centrais.

A condição de fronteira econômica marcou profundamente não só as formas de apropriação e uso da terra e de organização social, como também o quadro institucional e político do País, mesmo após a independência política no século XIX. A formação do Estado Nacional está intimamente associada à imposição e remodelação contínua de uma ordem espacial, coerente com a instabilidade de uma produção dependente das oscilações do mercado mundial. Um verdadeiro *know-how* de fronteira foi assim gerado, com relação à extensão de redes de circulação, à formação subsidiada de grupos empresariais e à produção de um *substratum* de população móvel para atender à contínua redefinição da ordem espacial.

A interdependência entre a organização do Estado e a conquista de novas áreas é patente desde a Proclamação da República; desde os fins do século XIX até 1930 a expansão da fronteira visando a produção de alimentos para suprimento dos trabalhadores urbanos foi acionada por poderosa ação ideológica do Estado, expressa na bandeira da "marcha para o oeste" e em projetos de colonização oficial. A consolidação de uma área produtiva interiorizada por sua vez foi fator de fortalecimento do poder central, o "Estado Novo" autoritário, implantado em 1930.

É, contudo, no pós-guerra, em meados da década de 1950, que se intensifica a relação Estado-espaço e a produção do espaço global, cujas condições de produção são expostas a seguir.

2.1. A implantação de redes de integração espacial

Após 1955, a tendência à acumulação monopolista condiciona tanto a urbanização quanto a expansão da fronteira agrícola. A produção de bens de consumo durável e de capital por empresas estrangeiras torna-se o centro dinâmico da economia, e o capital nacional se desloca para setores especulativos da

(2) Uma parte da análise desta seção foi repensada a partir da referência bibliográfica de 1984a.

economia, diversificando seus investimentos inclusive pela compra de terras. O Estado participa amplamente do processo, não só estabelecendo estímulos econômicos, como difundindo a ideologia desenvolvimentista que garante a um tempo a monopolização da economia, a unificação do mercado nacional e a centralização do poder. "Energia e Transporte" é o *slogan* que mobiliza a nação e a estratégia que lança as bases para a produção do espaço global.

É através da extensão de redes que o Estado promove esta produção. Inicialmente, estende-se a rede viária pioneira para articulação do território. Grandes rodovias de penetração — a Belém-Brasília, e a seguir a Brasília-Acre — quebram as barreiras geográficas que permitiam a coexistência de mercados regionais isolados, acompanhando e estimulando o deslocamento de camponeses (3) e fazendeiros. Produto e condição da centralização econômica e política, a fronteira assume expressão de âmbito nacional, dispondo-se na borda da zona povoada do conjunto do espaço nacional.

Após a instauração do regime autoritário, em 1964, a ocupação da Amazônia torna-se meta prioritária, e o Estado viabiliza e subsidia a ocupação de terras à frente da expansão pioneira. As ideologias da "marcha para oeste" e a desenvolvimentista fundem-se no "Programa de Integração Nacional" (PIN, 1970) indicado como aquele capaz de assegurar simultaneamente o "milagre brasileiro", o acesso à terra aos pequenos produtores pobres do Nordeste e a segurança nacional, contra ameaças externas e internas.

A extensão de redes de todo o tipo assegura a integração do espaço; a rede rodoviária, ampliada com a implantação de grandes eixos transversais, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus; a rede de telecomunicações comandada por satélite que assegura a integração ideológica, psicossocial, difundindo os valores dos centros dominantes pela TV e estreitando a comunicação e os contatos por uma rede telefônica que tem um funcionamento exemplar; a rede urbana, sede das redes de organizações privadas e de instituições que comandam as operações econômicas e o controle ideológico.

Na década de 1980, um outro tipo de rede se implanta, a rede hidroelétrica, base da nova política de expansão da fronteira com grandes projetos em que a intervenção estatal se direciona a investimentos vinculados diretamente à produção de insumos básicos e à reprodução do capital.

2.2. A apropriação monopolista do espaço

A fronteira não é a alternativa à via latifundiária de desenvolvimento, nem apenas o domínio do latifúndio-empresa. Hipótese alternativa é que nela

---

(3) Camponeses são entendidos aqui como produtores de dimensões familiares que têm como um de seus elementos característicos o trabalho na terra, sem que esse fato implique a presença de uma lógica própria de funcionamento das unidades produtoras e de uma identidade social particular.

convivem formas de organização da produção diversificadas que podem ser redefinidas.

A centralização de terras nas mãos do Estado e sua redistribuição controlada são uma das bases de sua afirmação.

O monopólio da terra, ou a apropriação privada da terra, que não é sinônimo de concentração de terra, nem é exclusiva da fração monopolista do capital, é condição para gerar a realização futura da renda (S. Silva, 1981), seja através de sua explotação produtiva seja por sua utilização como meio para obtenção de subsídios e crédito (Becker, 1976, 1980); é condição para reproduzir a subordinação do trabalho ao capital (S. Silva, 1981); é também condição para reprodução das classes dirigentes e dominantes (Machado, 1985). Por sua vez, o controle do processo de distribuição da terra é condição de fortalecimento do aparelho de Estado.

Em face do seu projeto de rápida estruturação e controle de tão extenso território, o Estado cria condições para a apropriação privada das terras devolutas por segmentos da sociedade que detêm o capital e a capacidade de organização; na década de 1970, incentivos fiscais e créditos especiais a baixos juros são mecanismos seletivos que subsidiam a implantação dominante da empresa agropecuária capitalista vinculada a firmas nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do País. Na década de 1980, grandes projetos de exploração mineral apropriam-se de vastos territórios e recursos regionais. Mas o Estado também desenvolve programas reformistas em locais estratégicos, de modo a atender a interesses de grupos sociais diversos e a cooptar massas de população rural.

Reproduz-se, assim, na região, o padrão nacional da estrutura fundiária com forte concentração de terras, sem, contudo, significar que a fronteira esteja *fechada,* uma vez que:

A) Existe ainda grande quantidade de terras livres: a área ocupada pelos estabelecimentos representava apenas 24% da área total em 1980;

B) Nela *não se impõe* a existência de uma só *forma de apropriação da terra,* o latifúndio-empresa, verificando-se: a) a apropriação por outros agentes pertencentes a diversas frações do capital tais como: os colonizadores privados, o capital comercial-especulativo, a quem o Estado delegou a iniciativa do povoamento em vastos territórios, que se assemelham a verdadeiros barões feudais ou chefes de mini-Estados fiéis, contudo, ao governo federal; os fazendeiros individuais, pecuaristas por tradição; os colonos e pequenos produtores agrícolas capitalizados; b) a apropriação direta pelo Estado, vinculada à sua face social e à necessidade de legitimação, através: da colonização oficial que, visando à distribuição social da terra pode ser entendida "como processo oposto ao da instauração da propriedade privada da terra, i.e., como uma nacionalização da terra" (Velho, 1983); da criação de territórios para sua gestão direta em áreas de conflitos de terra (GETAT e GEBAM); c) a apropriação conjunta Estado-empresa privada, mais recente forma de apropriação do espaço, criando territórios para exploração econômica do grande capital (Programa Grande

Carajás), ou orientados para o sentido distributivo (projetos de colonização no Mato Grosso) (4).

C) *Não está fechada porque as formas de produção estabelecidas são passíveis de reestruturação.* Há evidências de que as estratégias dos agentes para adaptação a novas conjunturas são flexíveis, podendo alterar as características do processo de ocupação. Nas décadas de 1950 e 1960, a fronteira teve um caráter de fronteira agrícola, impulsionada por frações não-monopolistas do capital. Após 1969, passou a dominar a apropriação especulativa de terras, associada a atividades não-produtivas, efetuada pela fração monopolista do capital. Hoje, no momento da dominância do capital financeiro internacional e de crise, constata-se que:

— o grande capital parece se retrair na fronteira tendendo a se afirmar seletivamente (Sawyer, 1982); os fazendeiros e pecuaristas, fortemente dependentes de incentivos e de crédito, ou ampliam seus investimentos com incentivos fiscais (os grandes) ou os direcionam para produtos de exportação, acompanhando o deslocamento do crédito;

— fortalece-se a condição da fronteira como *locus* de pequenos produtores cuja capitalização decorre de acumulação proveniente de múltiplas atividades distribuídas pelos diversos membros da família, do garimpo à acumulação financeira. Num movimento de verdadeira desproletarização, organiza-se hoje um fluxo do ABC paulista para o norte do Mato Grosso, constituído de metalúrgicos da indústria automobilística desempregados. Quanto ao camponês tradicional, tem intrinsecamente uma estratégia de sobrevivência que lhe permite manter o vínculo com a terra através da "polivalência", i.e., realizando outras tarefas, sazonal ou eventualmente, numa flexibilidade que é a base do processo de expansão da fronteira.

2.3. A mobilidade do trabalho

A mobilidade do trabalho é condição da formação do mercado de trabalho regional na fronteira, e esta formação não se faz segundo o modelo clássico de proletarização total. A hipótese alternativa é que a fronteira se organiza com trabalho móvel, i.e., com trabalhadores assalariados (temporários e permanentes) e com pequenos produtores que vendem sua força de trabalho empregando-se em atividades rurais e urbanas. A formação desse mercado de trabalho implica um processo de migração e mobilidade dominantemente induzido e de diferenciação social do campesinato.

2.3.1. *A mobilidade do trabalho é o processo espacializado de fracionamento social,* de constituição da força de trabalho pela transformação do campesinato em trabalhadores assalariados rurais e/ou urbanos, e também de constituição das camadas intermediárias que complementam a configuração

(4) A importância política da estratégia distributiva do Estado fica exemplificada no norte de Mato Grosso — os colonos assentados por grandes colonizadores (Sinop e Alta Floresta) na última eleição sustentaram a vitória do governo do Estado enquanto que colonos que permanecem ainda na condição de posseiros representaram voto expressivo de oposição (Colider) exercendo hoje pressão no governo estadual.

capitalista. A mobilidade da força de trabalho é a qualidade de plasticidade que lhe permite se amoldar às necessidades da produção e que, por isso mesmo, é condição necessária, senão suficiente, da gênese do capital e indício de seu crescimento, exprimindo-se na produção da força de trabalho, na sua utilização no processo produtivo e na sua circulação espacial/ocupacional (Gaudemar, 1976).

Na fronteira, intensifica-se a mobilidade de trabalho. Na tarefa de promover a ocupação rápida do vasto território, cria-se uma situação de escassez relativa de mão-de-obra decorrente do fraco povoamento regional e dos interesses das unidades produtoras que só necessitam de mão-de-obra para certas tarefas e em períodos de tempo limitados. A criação de uma força de trabalho dinâmica e versátil torna-se condição fundamental para a organização do mercado de trabalho regional. A mobilidade é a solução encontrada para compatibilizar a contradição entre as necessidades de atrair uma força de trabalho sem lhe conceder legalmente a terra e a necessidade de dar a terra para obter a produção de alimentos e para atenuar tensões sociais. É também uma solução para complementação da renda do "camponês" (Becker, 1978; Becker e Machado, 1980; Becker, 1983).

2.3.2. A mobilidade é fruto das *estratégias* dos agentes sociais para moldar o mercado de trabalho regional e de efeitos não-expirados das ações dos grupos envolvidos.

A *estratégia do Estado* para mobilidade sócio-espacial da população está contida implícita ou explicitamente em todas as suas políticas. Ele promove a atração em massa de migrantes, condiciona os fluxos migratórios, e as políticas de terras e de crédito seletivo resultam na apropriação/expropriação e no processo de proletarização/diferenciação do campesinato (Becker, 1981). A estratégia da colonização privada é semelhante à do Estado, controlando o fluxo migratório da origem ao destino e promovendo a mobilidade dos colonos no interior do território das próprias companhias. *A estratégia das unidades produtoras capitalistas* vincula-se às condições de produção e varia com o tipo de empreendimento, o grau de sua capitalização e com as políticas públicas.

2.3.3. *No decorrer do próprio processo migratório altera-se a* estrutura ocupacional da população, diferenciando-se o campesinato com trajetórias diversas.

O Nordeste é a principal bacia de mão-de-obra não-qualificada, seguida da zona Bragantina e do sul de Goiás. Migrantes do Centro-Sul, oriundos de cidades médias e pequenas e do campo atendem o mercado para mão-de-obra qualificada em formação e as áreas de colonização, respectivamente. Os dados de campo demonstram que, para o conjunto de migrantes estudados, na Amazônia Oriental dominam as trajetórias descendentes (Becker, 1983) (5): há uma tendência nítida à proletarização, reduzindo-se à metade as categorias que na origem tinham laços mais estreitos com a terra e crescendo a proporção de assalariados (28% do total) e polivalentes (16%). A forma mais nova de tra-

(5) As trajetórias foram estabelecidas por um indicador grosseiro: a categoria ocupacional, predefinida segundo o critério de acesso à terra e ao capital, e grau de autonomia de trabalho (Becker, 1978).

balho é a mobilidade rural-urbana, seguida de "gatos" (arregimentadores de mão-de-obra) e de ofícios urbanos. As formas móveis com trajetória ascendente representam apenas 35% dos casos estudados e referem-se a pequenos proprietários/comerciantes.

Percebe-se que a questão da reprodução do campesinato relaciona-se intimamente com a mobilidade do trabalho — as contradições contidas nesse modo de expansão provocam a um tempo a dissolução/reprodução do campesinato. Nesse processo, ele se diferencia socialmente: tende à dissolução o camponês tradicional, e sua reprodução se dá por duas modalidades, a do semiproletário, que paga a renda da terra, e a do pequeno produtor capitalizado.

A "polivalência" configura, portanto, uma tendência à dissolução de relações tradicionais de trabalho, constituindo ao mesmo tempo *um limite* para o processo de proletarização.

Dado o caráter não plenamente estruturado da fronteira, da apropriação pouco produtiva das terras, com investimentos que dependem das facilidades oferecidas pelo Estado, reduz-se a gama de alternativas de produção e de emprego próprias ao capitalismo organizado, e torna as alternativas existentes inseguras, atribuindo à mobilidade o caráter de um doloroso processo de aprendizado social à custa do desenraizamento e forte instabilidade da população, o que dificulta sua organização para formular qualquer tipo de reivindicação.

Conclui-se, através da análise desse processo no contexto da fronteira amazônica, que o próprio conceito de mobilidade deve ser revisto — a mobilidade não é um processo linear, no sentido de fatalmente transformar o campesinato em proletariado. A mobilidade é uma tendência ao assalariamento e, ao mesmo tempo, corresponde a um limite na dissolução do campesinato e das relações de produção tradicionais. É possível hipotetizar que os indivíduos móveis são os novos atores do mercado de trabalho *sem* que essa forma *polivalente signifique uma transição* para a proletarização total. O que se propõe aqui é o reconhecimento de que é essa forma móvel a que tem resolvido (ou contornado) a contradição capital-trabalho em áreas de capitalismo "inacabado" como o Brasil, e talvez mesmo a América Latina, alcançando uma intensidade muito maior na Amazônia dado o seu caráter relativamente desestruturado.

Hoje, uma nova estrutura ocupacional está em implantação nos grandes projetos vinculados à "alta-tecnologia". Do que foi observado até o momento, a segmentação entre ocupações que processam a informação e aquelas vinculadas à produção material já se faz sentir nas grandes empresas agropecuárias e na montagem dos projetos de exploração mineral. Resta investigar os seus efeitos sobre a mobilidade.

2.4. A urbanização e a ordenação do espaço

A expansão da fronteira não se reduz a um fenômeno agrícola — uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação acompanhando e mesmo antecedendo à expansão de várias atividades.

A fronteira é um espaço em incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social. É fundamentalmente no pro-

cesso de urbanização que a interdependência entre o aparelho de Estado e sociedade civil é mais expressiva, manifestando-se em duas dimensões: a) a do espaço social, global ou urbanização *lato sensu,* referente a um modo de integração não só econômica, social e política capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significantes de produto excedente modelando uma economia espacial urbanizada (Harvey, 1973), mas também de uma integração ideológica e cultural, capaz de estender a hegemonia, i.e., uma ordenação no espaço social; b) a do espaço territorial, correspondente ao crescimento, multiplicação e arranjo dos núcleos urbanos; a rede hierarquizada de núcleos tem sua configuração e desenvolvimento vinculados a um nexo nas relações econômicas, sociais e políticas sob a égide do capitalismo internacional que hoje situa as cidades do mundo num sistema complexo e numa hierarquia vinculada à nova divisão internacional do trabalho (Cohen, 1981), e os núcleos urbanos em si têm uma feição particular vinculada ao seu papel no padrão geral de circulação do excedente (Harvey, 1973) e como dispositivos espaciais básicos da produção do espaço social, *locus* da articulação Estado-sociedade local.

É assim que o projeto de ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada a urbanização, considerada como meio para fomentar o desenvolvimento econômico regional: "Ao invés do método clássico de desenvolvimento de regiões despovoadas baseado na prospecção de recursos naturais e posterior assentamento da população para sua exploração propôs-se, ao contrário, urbanizar primeiro a região para que, uma vez as pessoas lá instaladas, realizassem elas mesmas as prospecções e adaptações necessárias para explorar os recursos" (Racionero, 1978).

Tal estratégia expressou-se no "urbanismo rural" do Incra — implantação de núcleos urbanos ao longo da rodovia Transamazônica e em projetos de colonização oficial entre 1970-74 — considerado necessário para atrair a população por oferecer condições de vida similares às áreas de origem dos fluxos migratórios. Em 1974, esta estratégia passou a expressar-se na política seletiva de pólos de crescimento como o Polamazônia quando se destinou 42% dos recursos para a Amazônia à infra-estrutura econômica.

Daí verificar-se na fronteira a urbanização em suas múltiplas formas, desde o crescimento explosivo de cidades velhas e novas à multiplicação de núcleos e povoados fortemente instáveis; os núcleos urbanos têm papel fundamental na incorporação da fronteira ao espaço global.

2.4.1. Os núcleos urbanos são o *locus* onde se concentram e onde circulam o capital, a informação e a força de trabalho. Dado o caráter não-estruturado da fronteira, com apropriação extensa e pouco produtiva da terra e avanços irregulares das frentes, os estoques econômicos são descontínuos e pouco densos enquanto os fluxos são muito amplos. É a circulação que comanda a organização de uma rede indefinida de núcleos fracamente conectados, dotados de serviços precários, que crescem rapidamente em número e em concentração populacional, principalmente como base da organização do mercado de trabalho; neles se processa a mudança nas relações sociais de produção, a concentração e redistribuição da força de trabalho que deve estar disponível, móvel, mas localizada em pontos do território.

Quanto menores os núcleos, mais exclusiva sua função de base de circu-

lação da mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o seu tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de *espaços de reprodução.* É o caso dos povoados, primeiro elo na grande cadeia de extração e mobilização do produto excedente para as grandes metrópoles nacionais e internacionais.

Onde as operações produtivas se adensam as funções e a estrutura urbana são menos simplificadas. A partir de um certo limiar, os núcleos oferecem oportunidades de emprego no baixo terciário e passam a atuar como mercado para o pequeno comércio local e para a organização da produção regional de alimentos, possibilitando novas fontes de acumulação. Assim, se o núcleo urbano é a base da reprodução da força de trabalho que, uma vez liberada, dele necessita para sobreviver, ele também estimula a permanência e a diferenciação do campesinato, limitando, portanto, a mobilidade. Esse crescimento incipiente marca um limiar no processo de urbanização, quebrando o caráter dominante do núcleo como espaço de reprodução (Becker, 1985 a).

2.4.2. Os núcleos são o *locus* da ação político-ideológica do Estado, sede do aparelho de Estado local, da Igreja e grupos hegemônicos da fração não-monopolista em formação na nova sociedade local, bem como da "preparação" da população para o seu papel na sociedade, através da veiculação de valores dominantes e de sua adequação ocupacional. Neles se efetua a (re)socialização dos imigrantes, cooptados principalmente através do comércio que os induza a desejar e a consumir bens, serviços e informações de todos os tipos; neles se transformam os indivíduos em cidadãos do Estado, obtendo-se o consentimento ativo dos governandos, e assim possibilitando a criação da "teia" da hegemonia (Machado, 1983 e 1984). Sustenta também a imagem ideológica da fronteira como espaço onde se tem acesso à terra, oferecendo possibilidade de apropriação de um lote urbano e assim constituindo verdadeiro regulador das tensões advindas dos movimentos de maior ou menor apropriação da terra pelo grande capital.

A circulação, através das rodovias, e as condições econômicas e políticas locais comandam assim o dinamismo dos núcleos e a rápida organização da rede. Entre 1970 e 1980 a população urbana da Amazônia Oriental cresceu de 1.652.688 para 2.720.140, i.e., passou de 36% para 43% da população total, e isto sem considerar os núcleos pioneiros não computados como urbanos nas estatísticas.

Quatro movimentos podem ser identificados quanto ao crescimento urbano na década 1970-80 (Tabela 1): A) a expansão-consolidação de centros regionais e locais que constituem a base de operações produtivas de frentes ao grupo das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Porto Velho, destacando-se a concentração de cidades da Belém-Brasília; B) a expansão-concentração nas capitais estaduais, principalmente a de Belém; C) a reprodução de povoados e vilas dispersas, vinculados à mobilidade do trabalho que, finda a frente de trabalho, se retraem ou extinguem, reaparecendo junto a novas frentes; D) a retração de centros tradicionais vinculados à circulação fluvial.

Na década de 1980, acentua-se um novo movimento na urbanização da fronteira: o crescimento das "cidades das companhias" que, já presentes nas

grandes agropecuárias, são agora implantadas nos grandes projetos de exploração mineral.

TABELA 1 – *POPULAÇÃO URBANA DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO CLASSES DE CRESCIMENTO (1970-1980) E CLASSES DE TAMANHO (1980) DA POPULAÇÃO URBANA*

Municípios com População Urbana Superior a 50.000 hab.

Classes de Tamanho (1.000 hab.)	Classes de Crescimento (%)			
	45,0 – 64,9	65,0 – 84,9	85 – 149,9	150 e mais
1.000 e +				
500 – 999	Belém		Manaus	
250 – 499		São Luís		
100 – 249		Santarém	P. Velho Cuiabá	
50 – 99		Macapá	Rio Branco	Ananindeua Rondonópolis Várzea Grande

M. com P.U. de 10-49 hab., com crescimento superior a 150%

(1.000 hab.)	Municípios	
20 – 49	Boa Vista Altamira Conceição do Araguaia Marabá	Tucuruí Santa Inês Barra do Garças Ji-Paraná
10 – 19	Humaitá Maricapuru Breves Paragominas Santa Isabel do Pará São Domingos do Capim Coelho Neto Grajaú Presidente Dutra	São Mateus do Maranhão Colinas de Goiás Paraíso de Minas Gerais Barra do Bugre Tangará da Serra Vilhena Pimenta Bueno Cacoal Ariqueme

FONTE: Dados organizados pela geógrafa Olga Buarque de Lima e por ela gentilmente cedidos, segundo o Censo Demográfico de 1970 e 1980.

A rede urbana desenvolvida por incentivo estatal ao longo das rodovias configurou gigantesco arco em torno da Amazônia; essa configuração altera-se hoje pela implantação das franjas urbanas avançadas das cidades das companhias, por iniciativa do capital transacional. Assim, no conjunto de núcleos urbanos da Amazônia, distinguem-se um papel e uma configuração sub-regionais diferenciados. Tal diferenciação corresponde a espaços de atuação dominante de determinados atores, com formas de produção, organização do mercado de trabalho e relações sociais próprias, onde é diferente o peso da ação governamental. Correspondendo a escalas diferentes, tais espaços compõem verdadeiros "circuitos" relativamente independentes, mas obviamente com pontos de relacionamento entre si.

Com base nesses "circuitos" é possível identificar alguns modelos de urbanização na Amazônia Oriental e Meridional:

A — a urbanização decorrente da *iniciativa estatal* de organização da rede urbana para integração da fronteira ao espaço global. Ela se desenvolve em duas formas: a) a *urbanização dirigida* das áreas de colonização governamental (Transamazônica e Rondônia) e privada (norte de Mato Grosso), baseada num sistema de núcleos urbano-rurais hierarquizados em torno de um pólo, a *rurópolis;* b) a urbanização das *áreas de povoamento subespontâneo,* sob ação apenas indutora do Estado (rodovia, subsídios e créditos a fazendeiros e empresas na Amazônia Oriental), cuja rede se apresenta segmentada em centros regionais desenvolvidos por incentivo estatal, e povoados e vilas destinados à circulação da mão-de-obra;

B — a urbanização vinculada à *circulação da força de trabalho;* existindo quase que exclusivamente como residência e mercado alternativo de trabalho para assalariados temporários e camponeses pobres, destituídos de serviços e de duração efêmera, os povoados e vilas constituem em si um "circuito", no caso o circuito informal da rede formal de cidades;

C — as franjas urbanas dos *grandes projetos das corporações transacionais* vinculados à exploração de recursos com alta-tecnologia. Localizados em áreas isoladas, são relativamente independentes da vida regional e local, e sua auto-suficiência opera numa base urbana que os comunica diretamente com o exterior através do computador e do avião, abriga as instalações da empresa, e constitui residência do pessoal técnico numeroso e trabalhadores permanentes e sede de atendimento da massa de trabalhadores temporários;

D — a urbanização vinculada de formas de organização *tradicional,* onde se preservou o padrão de um centro regional comandando uma rede de povoados numa artéria fluvial.

É assim que, através da multiplicação de núcleos urbanos, não apenas se ordena o território mas se estabelece a nova ordem do espaço social. Se o núcleo urbano tem sido o mediador-chave para a estruturação da fronteira, viabilizando a acumulação e a imposição da hegemonia e permitindo contornar as contradições inerentes ao processo como sustentáculo ideológico da fronteira, hoje, esse papel vem sendo ameaçado, na medida em que se torna foco de intensos conflitos decorrentes do excedente da população móvel não-absorvido e das lutas entre hegemonias tradicionais e novas que aí se localizam.

2.5. *A fragmentação do espaço e a formação de regiões*

A fragmentação do espaço e a formação das regiões é fruto e condição da produção do espaço social.

A integração de grandes porções do espaço amazônico à ordem espacial imposta pelo Estado as submete: a) à ordem de um espaço lógico, mas em que a lógica do conjunto homogêneo é desmentida pela fragmentação do detalhe. Produto específico da clivagem público-privada de duas práticas — a global, logística, e a local de interesses particulares — o espaço social é homogêneo/fragmentado. Homogêneo porque nele tudo é equivalente e trocável, e fragmentado porque apropriado seletivamente em parcelas por grupos sociais com poder econômico e político diversos; b) à ordem de um espaço de nova e muito mais ampla escala que destrói, coexiste ou rearticula as modalidades anteriores de crescimento.

Tal fragmentação se materializa por sua localização territorial que determina assim, parcialmente, os pesos relativos das frações de classe ou grupos, e a configuração variada das sociedades locais — conjunto de frações não-monopolistas — que constituem a expressão social das regiões em formação.

Como sociedade territorialmente organizada, como realidade histórica específica, a região é uma força política (Becker, 1982 b, 1984 b, 1985 b). A sociedade local tem uma função social e uma finalidade política que determinam modos específicos de relacionamento com a fração monopolista e com as instituições e organizações estatais.

Por um lado, os novos grupos hegemônicos disputando o aparelho de Estado local organizam a hegemonia, assim participando da produção do espaço social. Por outro lado, a região corresponde também a interesses e reações coletivas que passam pela cultura, pela memória, que podem constituir resistência coletiva à homogeneização econômica e à organização de hegemonia — manifestada em várias formas e intensidades — cujo papel contraditório na produção do espaço social é certamente fundamental, embora não claramente conhecido, sendo objeto de discussão na próxima seção.

Em que pese sua ambigüidade, a região pode ser entendida como "um campo territorial que manifesta a emergência de um poder local específico que o quadro institucional só faz legalizar" (Loinger, 1983).

A fragmentação do espaço e a formação de novos territórios na fronteira resultam, assim, da interação de duas malhas territoriais, com diferentes níveis de concretude (Fig. 1.A e 1.B): A) a malha sócio-política constituída pelo espaço vivido pelos grupos sociais que concretamente se instalam na fronteira, que, dependendo de seu potencial político — como grupo de pressão ou pelo contrário como objeto de manipulação política—, é institucionalizada dando origem a novas unidades da federação, principalmente municípios; B) a malha político-ideológica constituída pelos territórios apropriados e geridos diretamente pelo aparelho de Estado, em áreas dotadas de recursos estratégicos e conflitos potenciais ou reais, tais como áreas limítrofes com outros países e áreas de atrito com limites criados pela malha do espaço vivido. Alguns desses recortes permanecem a nível de plano, não se materializando em construções tangíveis, fato que não reduz o seu poder de atuação; em

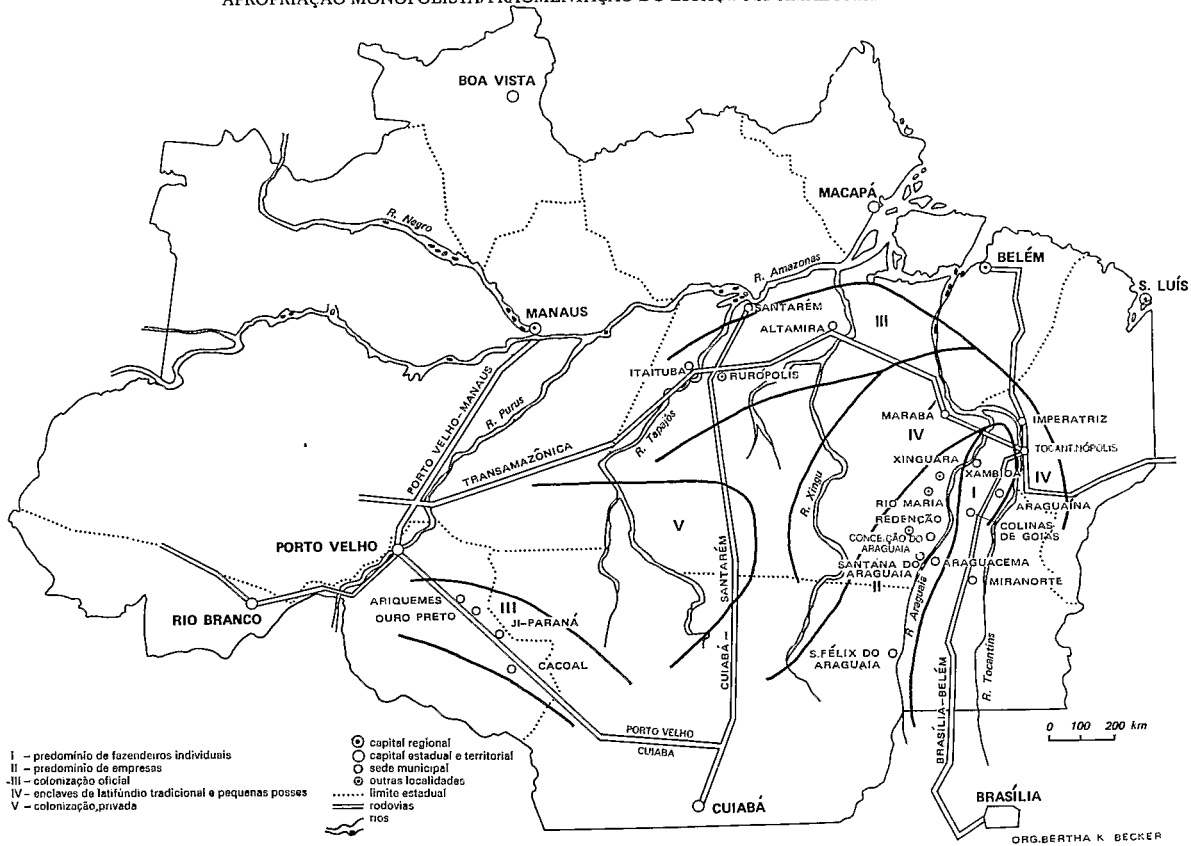

FIGURA 1.A — *A MALHA DO ESPAÇO VIVIDO*

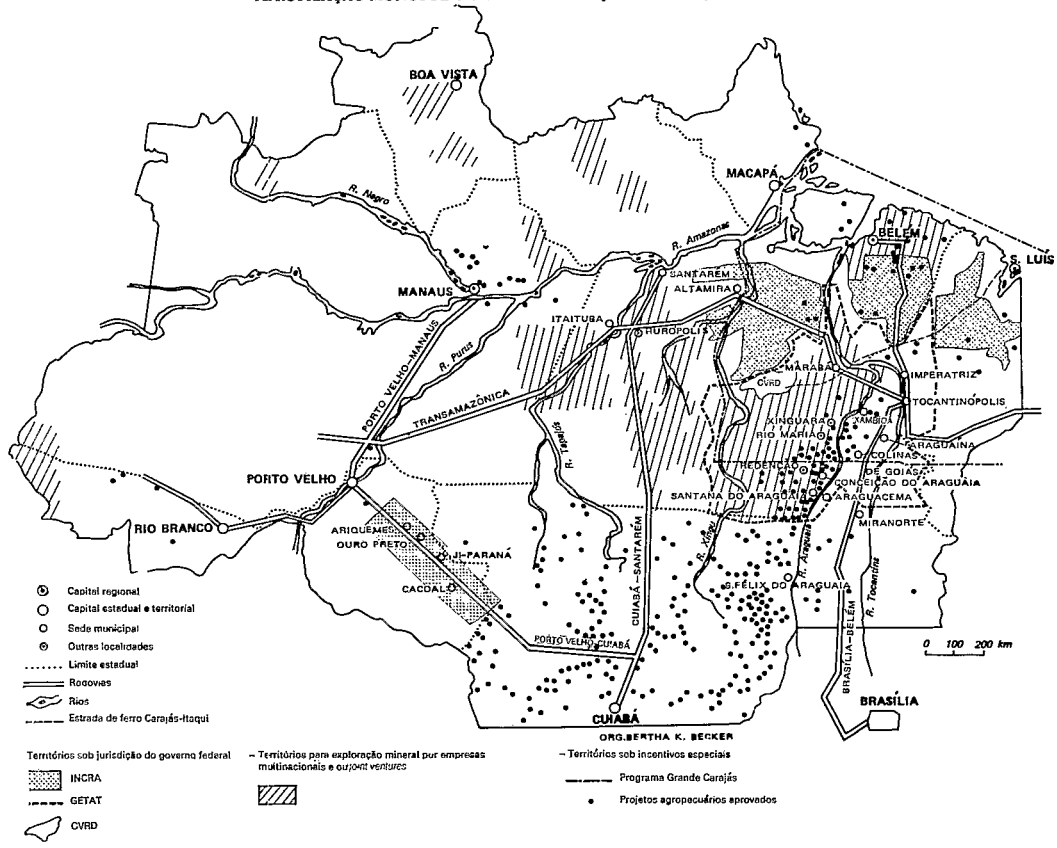

FIGURA 1.B — *A MALHA DO ESPAÇO PROGRAMADO E PROJETADO*

conjunto produzem uma nova divisão territorial, paralela e conflitante com a divisão oficial, com poder equivalente mas não oficializada e portanto desprovida dos instrumentos político-institucionais que garantam a representatividade da população.

O espaço preexistente é assim reconstituído em conjuntos homogêneos/fragmentados identificáveis em várias escalas.

Um primeiro conjunto homogêneo/fragmentado é identificado na escala nacional-regional, representado pela criação da Amazônia Legal. A homogeneidade regional é fragmentada em dois conjuntos homogêneos sub-regionais: Amazônia Oriental, onde é intensa a ação do aparelho de Estado, e Amazônia Meridional (norte de Mato Grosso) onde é forte a iniciativa privada. Por sua vez, sociedades locais diversas fragmentam essas unidades sub-regionais distinguindo-se: I) o território de ocupação induzida pela rodovia Belém-Brasília e pelo crédito para pecuária, o primeiro a ser ocupado, onde dominam fazendeiros individuais e pequenos produtores, parte dos quais constitui força de trabalho móvel para os fazendeiros; II) o território de ocupação dinamizada por incentivos fiscais, de dominância da grande empresa agropecuária, com trabalho assalariado, no sul do Pará e no quadrante nordeste do Mato Grosso; III) o território de ocupação dirigida pela colonização oficial da Transamazônica e Rondônia onde dominam colonos com trabalho familiar; IV) os enclaves de ocupação tradicional onde latifundiários tradicionais, posseiros e fazendeiros disputam a terra, e a gestão do governo central passou a ser direta (Getat); V) o território da colonização particular, na órbita da rodovia Cuiabá-Santarém, na verdade territórios, dada a variedade dos colonizadores em termos de grau de capitalização, e de controle e organização que exercem (Becker, 1981).

Hoje, uma nova malha se justapõe ou superpõe às anteriores, ampliando a fragmentação da fronteira — a malha dos imensos territórios das empresas agropecuárias e grandes projetos de exploração mineral, extensões locais de conjuntos de escala nacional e/ou planetária em que a conexão entre componentes do conjunto é maior do que as conexões com o ambiente imediato, frente avançada da nova fronteira que se delineia para o século XXI.

3. A RESISTÊNCIA DOS USUÁRIOS — UM PODER LOCAL?

A prática da luta política representada pela multiplicação de movimentos de protesto organizados em bases territoriais e reivindicando contra-espaços evidencia a importância do lado prático do processo de produção do espaço social e coloca questões quanto a essa construção teórica.

Rompe-se a passividade dos usuários do espaço. Significará esse rompimento um escape à ordem imposta pelo espaço social, de ampla escala? Terá a escala local capacidade de um comportamento aleatório, e portanto virtualidade para gerar via política alternativa? (Becker, 1985 b)

Os avanços da física teórica e da mecânica quântica quanto à complexidade do nível microscópico, evidenciando a presença de sistemas estranhos, estruturas dissipativas, cuja evolução é tal que rompe a conservação dos elementos constitutivos do sistema mais amplo, levam a interpretar o crescimento irreversível como expressão do crescimento da desordem molecular e do efeito

de uma evolução de sistemas para estados de probabilidade. Isto é, contraria-se a noção de uma irreversibilidade linear do crescimento, na medida em que processos na escala micro influem no seu redirecionamento; tais propriedades devem ser também inerentes ao corpo social, embora a ciência social não tenha ainda incorporado essas descobertas, empobrecendo sua análise (Gaudemar, 1984).

A construção teórica sobre a produção do espaço em sua abrangência reconhece as contradições e conflitos inerentes à produção do espaço social; no entanto a abstração teórica não dá conta das especificidades com que as contradições se manifestam nem da variedade dos resultados alcançados, i.e., não dá conta das sínteses, das novas situações geradas. Em outras palavras, não prevê o imponderável, a incerteza decorrente de especificidades no corpo social que correspondem a processos em curso em outras dimensões e escalas, por vezes contraditórios com os processos dominantes na escala global e que nele influem.

A análise de conflitos sociais localizados torna-se necessária. Recoloca-se, assim, a questão da dimensão territorial como poder local específico, agora sob o ângulo da resistência coletiva organizada em base territorial local e de sua possível influência no direcionamento do processo de produção do espaço social.

A experiência de pesquisa na fronteira permite hipotetizar que a resistência de pequenos produtores não emana da defesa de um modo de produção ou uma lógica próprios tal como concebido pelos *campesinistas*, mas sim de seu desejo de conquistar um espaço na ordem dominante e que essa resistência tem um papel influente na produção do espaço social. Esse papel não se exerce apenas em conflitos deflagrados e lutas organizadas por problemas específicos — principalmente a disputa pela terra — em tempos determinados, mas sim também em conflitos embutidos no quotidiano, na cadeia de ações e reações que compõem as relações sociais e forjam as regiões. Nesses movimentos, a potencialidade política da fronteira toma corpo. E, embora essas duas formas de ação ocorram em toda a fronteira, são dominantes em certos contextos sociais localizados, respectivamente a Amazônia Oriental e Rondônia, exemplificados a seguir.

3.1. Formas de resistência na Amazônia Oriental

Situada estrategicamente no contato entre os centros dinâmicos do Centro-Sul, a bacia de mão-de-obra do Nordeste e a fronteira, a Amazônia Oriental foi a primeira área a ser povoada na expansão recente da fronteira, tendo como eixo de penetração a rodovia Belém-Brasília. Compreende hoje o sul e leste do Estado do Pará, o norte de Goiás e o oeste do Maranhão.

Aí, o Estado, por meio de subsídios e créditos, privilegiou nitidamente a acumulação de fazendeiros individuais, empresas de grupos econômicos e, hoje, grandes projetos de mineração. Para tanto, intensa mobilidade da força de trabalho foi estimulada.

Embora sejam numerosos e variados os conflitos na área, em todas as escalas e entre todos os atores, a mobilidade do trabalho constitui a principal raiz dos conflitos e movimentos de resistência. A mobilidade em si do camponês-

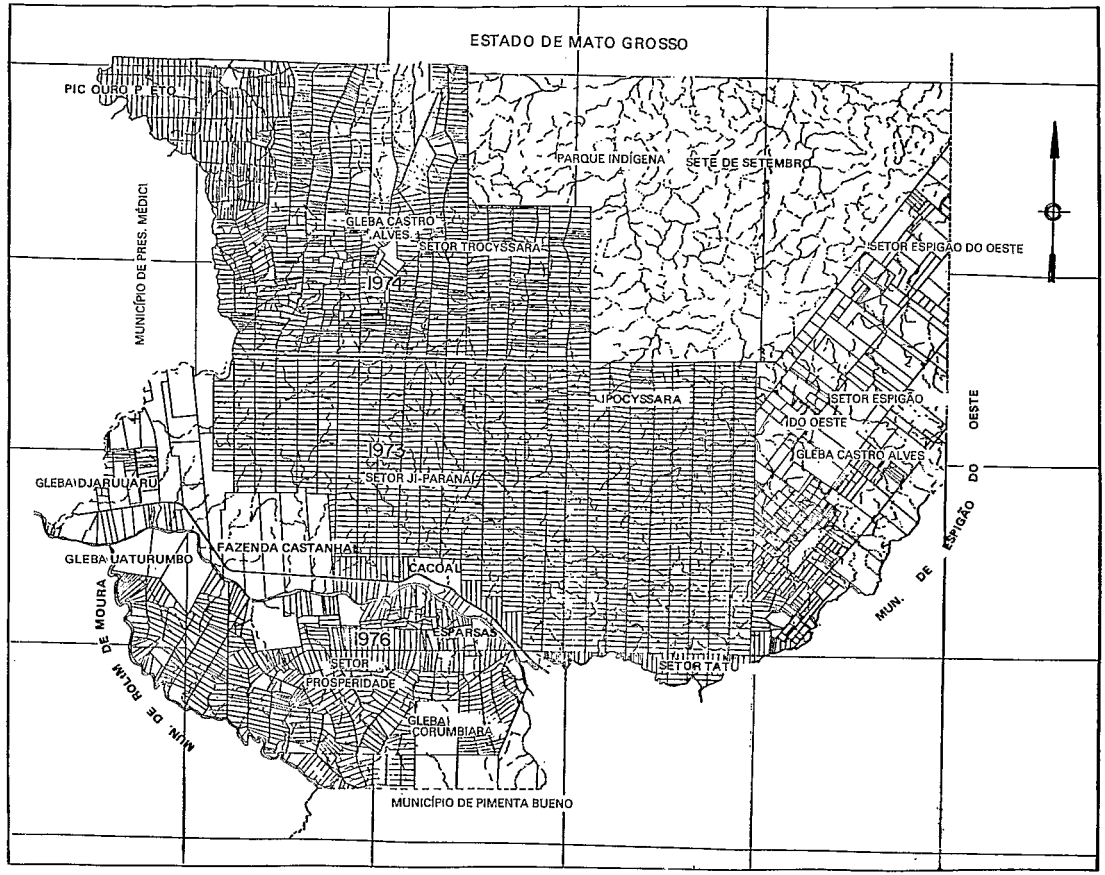

FIGURA 2 — *MALHA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE CACOAL*

peão é uma forma pacífica de resistência do campesinato à sua dissolução, da mesma forma que a mobilidade de membros de família. A resistência pacífica como estratégia de sobrevivência é, pois, um componente importante na forma de organização do mercado de trabalho local.

No processo de expropriação contínua que intensifica a mobilidade, os migrantes se politizam, gerando formas de resistência menos pacífica, com assimilação de táticas de defesa e ataque: a invasão e a luta armada. O grau e a forma de resistência variam segundo: a) renda diferencial da terra, ocorrendo em áreas mais valorizadas por acessibilidade às estradas e núcleos urbanos e por maior riqueza do solo e subsolo; b) a herança histórica e cultural do povoamento, que influi no aprendizado da população.

A invasão organizada se processa em terras de empresas, de fazendeiros, em terras devolutas e em terras das populações locais preexistentes — os índios e os latifundiários tradicionais. Além do que, invadem-se as áreas urbanas reservadas pelo Estado para expansão da cidade.

Se inicialmente o Estado tira partido das invasões, transferindo para a população o ônus da abertura de picadas e lotes nas áreas destinadas à colonização, e utilizando-as como forma de desagregação do latifúndio tradicional, logo elas se convertem em um fenômeno não-controlado.

Dada a estrutura da sociedade local, a reação de fazendeiros e empresários é violenta, conflagrando-se a luta armada, localizada principalmente em torno da cidade de Marabá, entrocamento de rios e estradas, dotada de grandes riquezas minerais, onde fazendeiros, empresários, colonos, posseiros e o governo central se defrontam, e onde há uma tradição de luta herdada de uma guerrilha dissipada nos anos 1970.

Esses movimentos influem no processo através da mobilização de conflitos entre segmentos da sociedade civil e política, inclusive entre camponeses e assalariados. A resistência à expropriação e a defesa de invasões vêm sendo fortalecidas com o apoio da Igreja Católica, acentuando as relações contraditórias desta com a política econômica do Estado que privilegia a empresa, embora no plano político possa haver coincidência de pontos de vista em torno da ideologia do trabalho orgânico, presente tanto na reivindicação da justiça social da Igreja como nos projetos da colonização para legitimação do Estado.

Se a resistência de camponeses e trabalhadores da Amazônia Oriental certamente influiu na opinião pública a favor da abertura política e da reforma agrária, as condições da estrutura social local se manifestam em aguda repressão que tem como resultado um grande número de mortes.

3.2. Formas de resistência em Rondônia

Situado na fronteira política com a Bolívia, o atual Estado de Rondônia foi objeto de uma estratégia de povoamento diversa, de distribuição controlada de terra para pequenos produtores baseados em trabalho familiar, aí se desenrolando um dos mais significativos processos de mudança econômica, social e política não só da fronteira como do Brasil contemporâneo.

Desencadeado em início da década de 70, esse processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região hoje institucionalizada como

um Estado da Federação, produção efetivada numa estreita complementaridade entre a iniciativa estatal e as mãos de milhares de migrantes cuja iniciativa é hoje, ao contrário da Amazônia Oriental, dominante. Por razões geopolíticas de ordem externa e interna, cuja análise escapa ao interesse desse trabalho, o governo federal passa nessa ocasião a dirigir e executar o processo de povoamento do então território (Becker, 1985 c).

A afirmação da hegemonia se fundamentou na ideologia da segurança nacional e se apoiou na imagem do eldorado onde terras férteis são acessíveis à população. A estratégia utilizada de distribuição controlada de terras baseou-se em dois instrumentos, a consolidação da rodovia que articula Rondônia a Brasília e ao Centro-Sul (1968), que canalizou o fluxo migratório de pequenos produtores de café expropriados de áreas que foram fronteira na década de 1940, e a apropriação das terras devolutas do território e sua distribuição em projetos de colonização oficial, de grande efeito-demonstração: um pequeno número de colonos foi assentado com toda a assistência do Estado, atraindo grande massa de população que "espontaneamente" se assenta com suas próprias mãos, tendo depois sua situação regularizada. A pressão popular foi tal que, em contrapartida, o Estado se adaptou recorrendo à criação de novos projetos de colonização, novas escalas de gestão e formas novas de assentamento, cada vez em menores lotes, com menor investimento estatal, e sempre a reboque do povoamento, apenas retificando a ocupação.

Essa estratégia foi bem-sucedida em termos da ocupação rápida do território; entre 1970-1984 a população cresceu de 11.064 para 888.430 habitantes. Nos últimos anos, contudo, um efeito *boomerang* se faz sentir: o afluxo populacional excedeu de muito a capacidade de controle estatal, verificando-se as invasões de terras públicas e particulares com fortes conflitos.

A resistência dos pequenos produtores se manifesta, assim, sob duas formas: A) na pressão sistemática representada pelo povoamento espontâneo/induzido no âmbito da estratégia e do controle do Estado, obrigando-o a alterar gradativamente as formas de assentamento; B) nos conflitos gerados pelo povoamento espontâneo/induzido não previsto e não controlado pelo Estado.

O exemplo do Projeto Integrado de Colonização Ji-Paraná criado em 1972 é elucidativo quanto às formas dirigidas e "espontâneas", controladas e não controladas de povoamento. Inicialmente, em 1973, previu-se o assentamento de 1.000 famílias para o primeiro setor; já em 1974, em face do excedente de pretendentes à terra que se acumulavam na área, estenderam-se as linhas do primeiro setor e criou-se um novo, ao sul, onde o assentamento foi feito através do "mutirão" (ajuda mútua) entre os colonos sob a supervisão do Incra e adotando o modelo oficial. Em 1976, em face da intensa ocupação espontânea, criou-se um novo setor onde a ação estatal se reduziu à abertura do eixo viário central e à demarcação de lotes; concomitantemente, famílias sem terra, num total de 3.500, ocuparam desordenadamente uma área que após a regularização oficial veio a constituir um novo setor. A malha fundiária do município de Cacoal é expressiva das três formas de povoamento: o desenho dos lotes e estradas passa do geométrico ao caótico (Fig.2) que, diga-se de passagem, corrige as distorções do modelo oficial, rígido.

Estatísticas oficiais, embora imprecisas, indicam que, até 1984, a invasão

legalizada responde pelo menos por 40% do total de 34.272 famílias assentadas até 1984, não havendo dados sobre a invasão não-oficializada.

Outras formas de povoamento espontâneo não conflituais específicos à organização da sociedade local se desenvolveram. O mercado de trabalho organizado no circuito da economia camponesa, baseado na própria família e em parceiros — migrantes que enquanto aguardam sua terra vivem nos lotes dos colonos pagando a renda com parte da colheita —, é um expediente que permite ao proprietário contar com mais braços e ao parceiro escapar da proletarização, e abre a possibilidade de absorção de produtores em número muito maior do que o número de lotes demarcados. A multiplicação de cidades de posseiros, centros de áreas agrícolas, com população de 24 a 60.000 habitantes cada uma, situadas a cada 40 km da rodovia, é um dos mais impressionantes indicadores da força do povoamento espontâneo — aí é mais evidente o caráter ideológico da colonização, na medida em que o Estado nada fez pelas cidades construídas pelo trabalho dos migrantes que até hoje são posseiros, não tendo suas posses regularizadas. Hoje, associações de posseiros e pequenos produtores se organizam também com o apoio da Igreja e de partidos políticos para escapar ao controle dos comerciantes.

A resistência por meio de invasões não esperadas e não controladas acelerou-se nos últimos anos, em decorrência do excedente de famílias sem terras — 20.000 ou 40.000 em 1985 segundo informação do governo e da Comissão Pastoral da Terra, respectivamente. Favorecida pela densidade do povoamento, a população realiza invasões organizadas, com táticas baseadas em informação sobre a situação real da titulação das terras apropriadas por fazendeiros e empresas, invadindo áreas de titulação duvidosa e tendo, assim, geralmente, possibilidade de ganho de causa.

Em Rondônia, portanto, a resistência popular não se caracteriza pela luta armada, mas por uma ação sistemática de conquista de um espaço e, hoje, de sua preservação. A sua influência no direcionamento do processo de produção do espaço é visível, inclusive na transformação do território em Estado em 1981, e, por outro, na intensa mobilização da sociedade civil e do aparelho de Estado local em favor da Reforma Agrária.

As questões da resistência de camponeses e semiproletários na fronteira retomam o debate sobre o confronto destes com as empresas e fazendas em um novo patamar. O reconhecimento de um poder local emergente não se faz num contexto dualista na medida em que a resistência e a espontaneidade dos camponeses não se referem a um modo próprio de pensar e utilizar a terra, oposto e exterior ao modo dominante. Pelo contrário, sua luta é pela conquista e preservação de espaços nas regras dominantes — querem dispor da terra para cultivá-la, vendê-la, alugá-la ou até como registrado *in loco,* loteá-la para criar uma vila! E em suas formas de atuação revelam grande capacidade de adotar e corrigir os modelos oficiais, bem como de inovar e se organizar para a defesa de seus direitos, sendo assim capazes de influir no direcionamento do processo de produção do espaço social.

BIBLIOGRAFIA

BECKER (B.K.) 1978 — Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil. *Rev. Bras. Geografia 40, nº 1*, FIBGE, Rio de Janeiro.

BECKER (B.K.) 1980 — Agriculture and Development in Brazil — the expansion of the agricultural frontier. *Regional Development Dialogue*, vol. 1, nº 2, UNCRD, Nagoya, pp. 160-184.

BECKER (B.K.) 1981 — O Estado e a questão da terra na fronteira — uma perspectiva geopolítica. *Geo-journal 11, nº 1*, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht and Boston, 1985, pp. 7-14.

BECKER (B.K.) 1982a — *Geopolítica da Amazônia, a nova fronteira de recursos.* Zahar, Rio de Janeiro, 233 pp.

BECKER (B.K.) 1982b — The political use of territory — a third World perspective. *Latin American Regional Conference, IGU. II Simposia and Round Tables*, Rio de Janeiro, pp. 233-242.

BECKER (B.K.) 1983 — *Migração e mudança ocupacional na Amazônia; estratégias, conflitos, alternativas*, mimeo. SBPC, Belém, 28 pp.

BECKER (B.K.) 1984 a — A fronteira no final do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia brasileira. In *Espaço e Debates nº 3, NERU*, São Paulo, 1985, pp. 59-73, e *International economic restructuring and the territorial community*, UNIDO, Viena, pp 473-498.

BECKER (B.K.) 1984 b — The state crisis and the region — contemporary thoughts from a third world perspective. *Political Geography, Recent advances and future directions*, ed. Taylor, P. and House, J., Croom Helen, U.K. pp. 81-97.

BECKER (B.K.) 1985 a — Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Bras. Geografia — Ano XLVII nº 3/4, FIBGE*, Rio de Janeiro, pp. 357-371.

BECKER (B.K.) 1985 b — The crisis of the state and the region: regional planning questioned. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 3, London, pp. 141-153.

BECKER (B.K.) 1985 c — Expansão do povoamento e mudança social: o caso de Rondônia. *Conferências, 6º Encontro Nacional de Geografia Agrária*, Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, pp. 91-129.

BECKER (B.K.) e MACHADO (L.O.) 1980 — Relações de trabalho e mobilidade na Amazônia brasileira: uma contribuição. *Brazilian Geographical Studies*, IGN, National Comission of Brazil, Rio de Janeiro, pp. 361-390.

CASTELLS (M.) 1984 — *Technological change, economic restructuring and the spatial division of labour.* Seminar on International Division of Labour and Regional Problems, IGU/UNIDO/IIR, Viena, 26 pp.

CASTRO (A.B.) 1969 — Agricultura e desenvolvimento no Brasil. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*, vol. 1, Forense, Rio de Janeiro, 192 pp.

COHEN (R.B.) 1981 — The international division of labour, multinational corporations and urban hierarch. *Urbanization and Urban Planning.* ed. Dear, M. and Scott, A., Methuen, London, pp. 287-318.

DROULERS (M.) e MAURY (P.) 1981 — Colonização da Amazônia Maranhense in *Ciência e Cultura 33* (8) Agosto de 1981 — pp. 1033-1050.

FEDERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO (FASE) 1979 — *Pesquisa sobre a força de trabalho agrícola em regiões de fronteira.* Convênio FINEP/INAN/FASE. Terceiro Relatório Semestral, Rio de Janeiro.

GAUDEMAR (J.P.) 1976 — Mobilité du travail et accumulation du capital. *Economie et socialisme 28*, Maspero, Paris, 272 pp.

GAUDEMAR (J.P.) 1984 — *Sur la piste des Cavaliers de l'Apocalypse...* mimeo., 3 pp.
GUICHONNET (P.) e RAFFESTIN (C.) 1974 — *Géographie des frontières.* PUF, Paris, 223 pp.
HARVEY (D.) 1973 — *Social justice and the city.* Edward Arnold, London, 336 pp.
KOECHLIN (J.) e PEYBALE (R.) 1978 — Les fronts pionniers du Mato Grosso Méridional: approche géografique et écologique in *Le Bassin moyen du Paraná Brésilien: l'homme et son milieu* — Travaux et Documents de Geographie Tropicale nº 35 — CEGET — Bordeaux — Talence.
KOHLHEPP (G.) 1982 — *Regional development strategies and economic explotation policies in Amazonia — recent trends in spatial organization of a tropical frontier region in Brazil,* Seminar on Regional Devolopment Alternatives, IGU, Belo Horizonte, 26 pp.
LEFEBVRE (H.) 1978 — *De l'État.* 4º vol. Union Generale, Paris, 467 pp.
LOINGER (G.) 1983 — Une économie politique du spatial et du territorial. *Espaces et Societés 42* Paris, pp. 119-127.
MACHADO (L.O.) 1983 — *Significado e configuração de uma fronteira urbana na* Amazônia, mimeo., SBPC, Belém, 23 pp.
MACHADO (L.O.) 1984 — *Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia,* memio., UFRJ, Rio de Janeiro, 34 pp.
MARTINS (J.S.) 1975 — *Capitalismo e tradicionalismo.* Pioneira, São Paulo.
MARTINS (J.S.) 1981 — *Os camponeses e a política no Brasil.* Vozes, Petrópolis.
MIRANDA (M.) 1984 — The role of planned colonization in the expansion of the frontier in Amazônia. *Brazilian Geographical Studies,* vol. 1, IGU, National Commission of Brazil, Rio de Janeiro, pp. 377-406.
MIRANDA (M.) 1982 — *Government colonization project and expansion of the agricultural frontier:* a case study in Altamira, mimeo., IGU, Belo Horizonte.
MONBEIG (P.) 1952 — *Pionniers et planteurs de São Paulo.* Armand Colin, Paris, 376 pp.
MUSUMECI (L.) 1984 — *O mito da terra liberta. Colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental.* Tese de Mestrado, PPGA, UFRJ, Rio de Janeiro.
OLIVEIRA (F.) 1975 — *A economia brasileira; crítica à razão dualista,* Seleções Cebrap nº 1, Brasiliense, São Paulo, pp. 5-78.
PAIVA (R.M.) 1971 — Modernização e dualismo tecnológico na agricultura brasileira. *Pesquisa e planejamento econômico,* vol. 4, IPEA, Rio de Janeiro.
RACIONERO (L.) 1978 — *Sistemas de ciudades y ordenación del territorio.* Alianza Editorial, Madrid, 168 pp.
REGO (R.M.L.) — *Seminário sobre a expansão da fronteira agrícola.* Grupo de Agricultura, mimeo., Unicamp, Campinas.
RIVIERE D'ARC (H.) 1978 — La formation du lieu Amazonien. *Cahiers des Ameriques Latines 18.* pp. 181-213.
SAWYER (D.) 1982 — *A fronteira inacabada: industrialização da agricultura brasileira e debilitação da fronteira amazônica.* Seminar on Regional Development Alternatives, IGU, Belo Horizonte, mimeo.
SILVA (G.) 1982 — *A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil,* Zahar, Rio de Janeiro.
SILVA (S.) 1976 — *Desenvolvimento e agricultura no Brasil,* mimeo., Universidade Federal Fluminense, Niterói.
SILVA (S.) 1981 — *Valor e renda da terra: o movimento do capital no campo.* Pólis, São Paulo, 159 pp.

SILVA (S.) 1982 — A via brasileira do capitalismo no campo. *Conferência Regional Latino-americana,* U.G.I., vol. 2, Rio de Janeiro, pp. 91-96.

SOARES (L.E.) 1981 — *Campesinato: ideologia e política.* Zahar, Rio de Janeiro, 230 pp.

STERNBERG (H.) 1981 — Frontières contemporaines en Amazonie bresilienne: quelques consequences sur l'environment. In P. Monbeig (org.), *Les phènoménes de frontière dans les pays tropicaux,* Institut des hautes études de l'Amerique Latine, Centre de recherche et de documentation sur l'Amerique Latine, Paris, pp. 177-200.

VALVERDE (O.) et alii 1979 — *A organização do espaço na faixa da Transamazônica,* vol. 1, Rondônia. FIBGE, Rio de Janeiro.

VALVERDE (O.) e FREITAS (M.L.) 1980 — *O problema florestal da Amazônia brasileira.* Vozes, Petrópolis.

VELHO (O.) 1976 — *Capitalismo autoritário e campesinato.* Difel, Rio de Janeiro, 261 pp.

VELHO (O.) 1980 — A propósito da terra e da Igreja. *Encontros com a Civilização Brasileira 22,* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, pp. 157-168.

VELHO (O.) 1983 — Sete teses equivocadas sobre a Amazônia. Religião e Sociedade. *10,* Rio de Janeiro.

WAGNER (A.) e MOURÃO (L.) 1978 — Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. *Pesquisa antropológica 9/10,* UnB, Brasília.

WAGNER (A.) 1981 — GETAT — Segurança nacional e o revigoramento do poder regional. *Transformações econômicas e sociais no campo maranhense,* vol. 7, CPT-MA, São Luís.

WAIBEL (L.) 1955 — As zonas pioneiras do Brasil. *Rev. Bras. Geografia XVII 4,* IBGE, Rio de Janeiro.

WALLERSTEIN (I.) 1979 — *The capitalist world economy.* Cambridge University Press, Cambridge, 305 pp.